ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEMVEJ – REALIZADA EM 26/05/2025

Ao vigésimo sexto dia do mês de Maio do ano de 2025, às 14h30 em formato híbrido, presencialmente na Sala 6B – Ala B do Palácio das Araucárias, em Curitiba (PR) e *online* por meio de *link* disponibilizado para os (as) Conselheiros (as) sob justificativa prévia deu-se início a Reunião Ordinária do Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Estado do Paraná (CEMVEJ/PR). Fizeram-se presentes os (as) **Conselheiros (as) Governamentais:** TITULAR: JANE CRISTINA LOBATO (SEJU); ELLEN CUNHA (SEEC); **Conselheiros (as) da Sociedade Civil:** TITULAR: IVETE MARIA CARIBÉ ROCHA (SEPAJ); TITULAR: NORTON NOHAMA (UFPR); TITULAR: ALUÍZIO FERREIRA (SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ – SINDIJOR); SUPLENTE: FÉLIX PABLO FRIGGERI. **Convidados (as) / Especialistas / Parceiros (as) / Colaboradores (as):** LISANDRA SILVÉRIO (SECRETÁRIA EXECUTIVA _ UTSC/SEJU); TITULAR: OLYMPIO DE SÁ (MP); TITULAR: ANTONIO VITOR (DP); TITULAR: MARIA APARECIDA (TJPR); FÁTIMA GODIN (LUME); CLAÚDIA HOFFMANN (LUME); CAROLINA (MPPR); RENATA THEODORO (LUME); Dr RAFAEL. **Justificativa de Ausência:** Clóvis Antônio. **1. Abertura:** Inicialmente, Lisandra (Secretária Executiva – UTSC/SEJU) saudou a todos e todas e deu início à chamada nominal para registro em Ata, pergunta se todos receberam a Pauta no e-mail, todos receberam. Logo após, deu-se início à Reunião Ordinária do Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Paraná (CEMVEJ). **2. Aprovação da Pauta:** A seguir, Ivete colocou a Pauta e suas respectivas inclusões em aprovação do pleno. Sem ressalvas, aprovada. **3. Aprovação da Ata:** Ivete confirma se todos receberam a Ata, e informa que a seguir será feito a aprovação, e se todos estão de acordo. Sem ressalvas, aprovada. **4. Informes do LUME:** Cláudia cumprimenta todos (as), e declara que tem dois Informes: primeiro que vai ter um Evento no Arquivo Público do Estado do Paraná, e como estão com o Projeto do Edital Público, aprovado pela Fundação Cultural do Estado do Paraná, foram convidados para falar da pesquisa lá no Arquivo Público, vai ser um evento para turmas de Escolas

e quem tiver interesse na temática, vai enviar no grupo do CEMVEJ a data e o horário do Evento para quem quiser participar. O outro Informe é mais uma consulta aos Integrantes do CEMVEJ, foram procurados pelo Pesquisador Luiz Gabriel, que trabalha com o Tema Ditadura em Curitiba, e também criou um site com o mesmo tema, ele adquiriu a porta do Prédio do antigo DOPS, é de ferro, de cadeia. Luís Gabriel perguntou se podemos colocar essa porta na SALA LUME, como ainda não foi conversado sobre os critérios de doações e o que expõe ou não na SALA LUME, Cláudia está consultando o Conselho, também enviará a foto da porta no Grupo. Ivete se manifesta dizendo que o Museu Cárcere é sobre a Delegacia de Custódia, é possível que lá seja melhor utilizada e encaminhada, porque acha que a SALA LUME é muito pequena para receber aquela porta, e em qual espaço poderiam colocá-la. Norton sugere recepcionarem a propriedade da porta como domínio histórico, com a guarda, e ceder a título de empréstimo, é uma peça histórica única, e esse domínio garantiria pra que não se perca ao longo das décadas. Cláudia concorda com Norton no sentido da valorização, que o LUME tem sido uma referência, se o Luís Gabriel fez essa procura, é porque de certa forma já são reconhecidos pelo Tema e trabalho, ele gostaria que tivesse um pequeno evento na entrega da porta. Cláudia fala que provavelmente vai ter uma burocracia para entrada dessa porta, mas que continua em diálogo com o Diretor do Fórum, acredita que isso não seria um problema, e que inclusive eles gostariam que tivesse a segunda etapa do Curso de Formação, e sugere que talvez pudessem fazer alguma coisa junto com a entrega da porta, expressa também que acha necessário fazer a demarcação de que se objeto chegou até o LUME, foi pela trajetória do LUME, do CEMVEJ, e depois podem repassar. Olympio questiona o tamanho da porta, e com a intervenção da Desembargadora Maria Aparecida verificarem com os Arquitetos e Engenheiros do Tribunal, se há possibilidade de expor no prédio onde o LUME está instalado, seria muito importante. Maria Aparecida concorda com a consulta no Departamento de Arquitetura e Patrimônio do Tribunal de Justiça para que isso aconteça. Norton sugere que uma das possibilidades seria substituir a própria porta de acesso do LUME, já com uma informação de que essa porta pertencia ao antigo Presídio ou guardar esse material

para produção de uma peça artística. Ivete concorda com a consulta ao Tribunal, já tendo as medidas corretas da porta. **5. Coordenação da SALA LUME – Professora Cleusa e Estagiários:** Ivete informa que é sobre a questão da situação da Coordenação da SALA LUME que tinham a Professora Cleusa, com o nome cotado para assumir a SALA, essa negociação estava parada e pergunta para Jane como está o andamento dessa questão. Jane informa que será iniciado tudo de novo, devido a entrada do novo Secretário da SEJU, que é o Secretário Waldemar Bernardo Jorge, pelo que a Fátima tinha informado que não gostaria de ser a Coordenadora do LUME, vai ser conversado com o novo Secretário, para fazer todo aquele processo da Cleusa para que ela venha para o LUME, ela demonstrou a vontade de participar e ser a Coordenadora do LUME, é uma nova tratativa, e acredita que se possa encaixar essa nova situação. Ivete pegunta para Jane se há possibilidade do novo Secretário Valdemar Jorge participar de uma reunião presencial na semana que vem com o CEMVEJ. Jane responde que se não for possível para semana que vem, vai fazer de tudo para trazê-lo na próxima reunião do CEMVEJ, e solicita que se possível, para que todos venham presencial, e que por enquanto a Renata permanece na sala. Ivete questiona se os Conselheiros estão de acordo com a reunião anterior a Reunião Ordinária do CEMVEJ, todos de acordo. **6. Resposta a CIDH – Caso Massacre de Medianeira:** Ivete relembra que tinham pensado em pegar Declarações dos familiares dos desaparecidos dos casos de Medianeira, e conseguiram declarações da Liliana Rudia, irmã de um desaparecido, do Henrique Rudia, da filha do Onofre Pinto, dos irmãos do Daniel e Joel Carvalho, não conseguiram localizar do Lavechia e do Vitor Ramos. Aluízio, saúda o Professor Pablo (UNILA), e informa que conseguiu falar com Josimar, filho do Joel, e que do Lavechia e Vitor Ramos, não tiveram acesso. E que do Vitor Ramos a família teve a reparação. Ivete fala que foi encaminhada a Documentação, e a qualquer momento podem juntar novos documentos no processo e se tiver mais notícias, informarão lá no processo. Aluízio expressa que está pensando em juntar o filho do Joel, o Josimar, não sabe se o Comitê na Costa Rica vai aceitar fora de prazo, Ivete diz que precisam consultar o Dr Rafael. Aluízio pergunta se vão pedir para ele fazer uma declaração para a camareira, Ivete afirma que sim. Maria

Aparecida indagou se na documentação solicitada pelo Ministério Público Federal para esse encaminhamento foi remetido informações da Comissão Nacional da Verdade a respeito disso, desse levantamento acontecido desse massacre, e da Audiência Pública em Foz do Iguaçu, Ivete crê que Dr Rafael encaminhou com a inicial, mas vai ser verificado se foi encaminhado, se não foi, irão encaminhá-lo, cita que o último depoimento do agente que participou do massacre, que participaram, foi feito em conjunto com a Comissão Nacional. Receberam também a resposta do Ofício que foi encaminhado para a Presidenta do Superior Tribunal Militar, Maria Elisabete Rocha, manifestando apoio, solidariedade as famílias e informando que encaminhou o caso para o Ministro da Justiça. Lis faz a leitura do Ofício e informa que foi encaminhado para todos do Grupo esse Ofício. Ivete sugere uma diligência para conhecer pessoalmente e pedir as providências ainda sobre as investigações desses corpos, já que ela manifestou esse apoio e interesse. Aluízio pergunta como ficou o caso da Reabertura do Inquérito, para ouvir as pessoas envolvidas. Ivete responde que está seguindo o parecer do Dr Rafael, ele acha que se o Inquérito for reaberto, a Comissão dos Direitos Humanos da Corte, não vai apreciar o pedido, porque ela só aprecia quando as instâncias do País forem esgotadas e não tomar uma providência foi considerado esgotada, quando o MPF arquivou o processo, e não deram solução nenhuma, melhor aguardar para não perderem a oportunidade do julgamento lá na Corte. Antônio Vitor sugere verificar se compensa encaminhar as informações, e as restantes enviar posteriormente para não se perder o prazo, ou mandar posteriormente tudo ou pedir concessão de prazo. Ivete responde que foi enviado a resposta dentro do prazo, foi feito um requerimento com os documentos e declarações que foram levantadas. **7. Criação da Comissão de Justiça de Transição pela OAB-PR Propostas de Eventos Comuns, Inauguração do Museu Cárcere no Centro de Curitiba:** Ivete apresenta Dr Juliana Salon, advogada e que faz parte da Comissão de Justiça de Transição, que foi criada neste ano pela OAB, esta Comissão já teve a inscrição deferida e já foi inaugurada, também já está apresentando algumas proposições, entre elas o lançamento do livro do Aluízio. Juliana cumprimenta todos e todas, e fala que está muito honrada de fazer parte da Comissão da OAB e do Grupo

do CEMVEJ. Informa que estão trabalhando na organização de alguns eventos, e talvez agora em Junho vão conversar sobre a Justiça de Transição e a questão do Massacre, a programação é que todos os meses tenham algum evento, para trabalhar isso na sociedade, agradece o convite da Ivete. Ivete informa da proposta de Evento dessa Comissão, sobre o lançamento do livro “O Garimpeiro de Memória”, (autor Jacob Blanc), onde o personagem é o Aluízio e sua trajetória, que já é um sucesso no mundo, já foi lançado no Canadá. Aluízio informa que o livro é de autoria de Jacob Blanc, Professor da Universidade da Carolina do Norte (USA), é um historiador, já escreveu sobre Itaipu, Coluna Prestes, entre outras publicações, o foco é o Brasil, e escolheu o Aluízio para ser personagem do livro dele. Foi feito uma versão em português e foi lançado no Rio de Janeiro, o lançamento em Curitiba será promovido pela subseção da OAB do Paraná, Aluízio fala que ficará a disposição para participar de uma roda de conversa no lançamento. Juliana avisa que está aguardando a agenda de espaço da OAB, para conciliar a agenda de todos para marcar esse lançamento. Ivete solicita algumas informações para o Dr Rafael, sobre o processo que está lá na Comissão Interamericana, se foi enviado na inicial o Relatório da Comissão Estadual e Comissão Nacional da Verdade, e se ainda pode ser acrescentado novos documentos. Dr Rafael cumprimenta todos e todas, e informa que os documentos na inicial, vai verificar o que foi encaminhado, e depois compartilhará por e-mail, e o último movimento foi o cumprimento do prazo dado pela Comissão por 30 dias a partir de uma ação de praxe da Comissão Interamericana, considerando que o trâmite das petições perante a Comissão é muito demorado, a Corte é mais rápido. Informou também que eles abriram prazo para ver se ainda tínhamos interesse na continuidade no caso e se a situação continuava a mesma, também solicitaram informações sobre o conhecimento da petição por parte dos familiares das outras vítimas, além do Henrique Ernesto Rudias, que no primeiro momento tínhamos apresentado que tinha conhecimento apenas a Lilian Rudia, irmã de uma das vítimas, eles nos indagaram se esses parentes tinham ciência e concordância com o trâmite do caso, e também que falássemos dos outros parentes. A Comissão Americana é bem explícita no sentido de que qualquer cidadão ou Instituição pode levar uma denúncia à

Comissão Interamericana, a questão é que estão cada vez mais restringindo o nome dos beneficiários de futuras indenizações, estão tendendo a ser mais rigorosos e formalistas na apresentação desses familiares, acha que os familiares que não comparecerem, quem não conseguiu apresentar desde o início ou antes do posicionamento de mérito da Comissão Interamericana, esses familiares num futuro julgamento, podem não ser contemplados pela decisão. Apresentou e conversou com Raquel, Ivete, e também com os demais participantes do grupo, sobre essa manifestação que deveria ser apresentado na Comissão Interamericana, e com base nas informações colhidas, uma correção em relação a Lilian, e uma declaração de outros parentes do Joel, do Daniel e do Onofre, e foi retificado o interesse de continuidade da petição com o acréscimo que nada havia sido feito aqui em nível doméstico para reparar os danos sofridos pelas vítimas. E é possível sim apresentar novos documentos, trazer novas informações, existem ainda quatro fases do Processo perante a Comissão Interamericana, uma fase de estudo inicial, que nem ainda é feita pelos Comissários é nessa fase que estão no momento, depois vai para a fase da admissibilidade, para que se abra a fase de investigação, de ouvir as vítimas, fazer uma audiência eventualmente lá nos Estados Unidos, ou até online, ouvir as vítimas, coletar as provas, ouvir o Estado Brasileiro, para somente então chegar na fase das recomendações, tem ainda um longo percurso. Também já cumprimos o prazo dos trinta dias, informa que quando entrar na fase de admissibilidade a Comissão notificar o Brasil, e se os documentos forem apresentados depois da notificação do Brasil, o único prejuízo é que vai ter que ser reaberto o prazo novamente para o Brasil se manifestar. Também sugere que poderiam utilizar duas estratégias para tentar diminuir esse longo percurso, primeira delas se manifestarem em relação a necessidade de um julgamento com prioridade, alegar que as vítimas são muito idosas, que o caso é muito antigo, que já existe jurisprudência sobre o caso sobre o que se passa no Estatuto do Idoso, e a Corte tem jurisprudência nesse sentido, pedir uma prioridade no trâmite em razão dessas peculiaridades, e uma segunda estratégia é de conversar com o Ministério de Direitos Humanos e com as instâncias políticas para que o Brasil se adiante e reconheça sua responsabilidade no Plano Internacional,

se o Brasil, Ministério dos Direitos Humanos e AGU apresentassem uma petição, que essas vítimas foram comprovadamente afetadas e que até hoje não houve reparação, se o Estado fizesse esse movimento já iria para uma composição para que a Comissão homologasse um eventual acordo de reconhecimento, de responsabilidade, e conseguiriam acelerar a tramitação do caso. Aluízio fala que tem algumas dúvidas, as vítimas e familiares já tiveram reparação econômica, alguns pela Comissão de Anistia, outros pela Comissão sobre Mortos e Desaparecidos, e agora os familiares estão dando entrada a ação por danos a Justiça Federal, a questão da reparação econômica está em boa parte encaminhada, mas sobre apurar responsabilidade não foi feita ainda, porque a Comissão da Verdade, não tinha autoridade para intimar os responsáveis ou testemunhas, foi feito notificação, convite, mas intimação não foi feito, porque as pessoas que podem esclarecer as circunstâncias dos desaparecimentos não foram intimadas, não responderam perante a Justiça, o Inquérito Policial que foi aberto na Justiça Federal em Foz do Iguaçu foi encerrado, sem ouvir testemunhas, familiares e responsáveis que estavam vivos na época e se podemos reabrir o processo, e se vai prejudicar essa investigação pela Corte. Dr Rafael responde que não prejudica e também o fato de já ter tido um certo adiantamento dessas indenizações, não afeta outras medidas, o dever de punir e investigar os responsáveis por essa violação de Direitos Humanos. Ivete concorda com Norton sobre acompanhar lá no Ministério da Justiça o que está acontecendo, cita também sobre a resposta do Ofício enviado para a Presidenta do STM, é uma força a mais para ser trabalhada, pode ser um documento que poderão usar. Dr Rafael concorda que o Ministério da Justiça é obviamente importantíssimo nessas tratativas, mas acha que o ponto central seria a AGU, e questiona se a Comissão de Mortos e Desaparecidos não poderia auxiliar, e se desse para levar esse caso a AGU de alguma maneira internamente, buscar abrir diálogo. Olympio concorda com a ideia de solicitarem ajuda da Comissão de Mortos e Desaparecidos, que poderia fazer um relatório de todos os casos já apreciados pela Comissão Nacional, e a partir desse relatório iria se verificar se nos respectivos registros de óbito, já constava que se tratava de pessoa que foi vítima, acredita que é um bom espaço para estabelecerem

estratégias de ação conjunta. Ivete concorda com a sugestão do Olympio e cita que o caso da Lilian Rudia, o caso do irmão dela, se ela recebeu alguma indenização. Aluízio responde que ela já entrou com ação de reparação de dano na Justiça Federal, nessa questão de reparação está bem encaminhada. Ivete solicita para que Olympio fale sobre a participação deles na inauguração do Museu Cárcere. Olympio expressou que a participação a partir da CEMVEJ, com texto e banner que é a manifestação exatamente sobre aquele espaço da Tereza Urban, embora tenha ficado poucos dias, ela registra a situação que ela experimentou lá, e agora vai se dar sequência com as exposições, e que ele e Fátima estão apresentando um Projeto intitulado "Eu Também Estive Aqui", e passa a palavra para Fátima. Fátima cumprimenta todos (as), e informa que na última reunião solicitaram de realizar essa atividade em conjunto com o MP e o Comitê, tendo em vista que participaram da Exposição Fotográfica: "Deste Lado do Muro", ação importante que motivou a realização desse banner, no caso o MP, e a sequência a Diretoria do MIS solicita a continuidade desse Projeto, são fotografias de dezoito Presídios da América Latina e consequentemente do Brasil também, destacando as condições adversas de violação de Direitos Humanos de pessoas que passam por esse espaço, e na última reunião Ivete levou um banner com o depoimento da Tereza Urban e Olympio asseverou que a própria Comissão Estadual da Verdade leva o nome da Tereza Urban, e considerando essa proposição do MIS, e a continuidade de participar do Projeto, redigiram um pequeno Projeto, intitulado "Eu Estive Aqui", nessa tentativa também de assegurar esse espaço de discussão, exposição, a importância de participarmos em conjunto com o MIS. Olympio complementa que a ideia foi da Fátima, e que ele colaborou, vão encaminhar a proposta para a deliberação. Ivete agradece Fátima e Olympio pela exposição. **8. Informes Gerais:** Ivete informa que tem um caso, que é da Chilena Amélia Parreira que foi casada com o João Batista Rita Pereda, que foi sequestrado junto com o Major Servera numa Avenida central de Buenos Aires, e são dois desaparecidos, o Major Servera, fez parte do Relatório no Grupo Operação Condor, inclusive ouviram a filha dele em Curitiba, e o Rita Pereda que é de Santa Catarina, os dois saíram do Chile quando do golpe, eles estavam sobre a proteção da ACNUR, estavam buscando asilo

em um País fora da América Latina. Logo que chegaram na Argentina foram sequestrados e trazidos para o Brasil, e há uma confissão do Ustra que eles foram barbaramente torturados em São Paulo e levados praticamente semi mortos para o Rio de Janeiro, e de lá os corpos desapareceram, há uma informação do Delegado Cláudio Guerra que escreveu aquele livro sobre a incineração dos corpos no Estado do Rio, que conta que esse dois corpos foram incinerados, mas não se tem certeza sobre isso. E o Aluízio tem colaborado porque ela está buscando a Certidão de Casamento dela na Argentina, Lídia que mora na Argentina, procurou em todos os cartórios, mas não encontrou nada, agora até por interferência do Aluízio, a Taís de Santa Catarina localizou um irmão do Rita Pereda que diz ter uma carta que ele escreveu contando que teria se casado com Amélia. Aluízio fala que esse caso da Amélia, ela entrou na Embaixada junto com ele, que acolheu os refugiados, mas não asilou, só de passagem pela Argentina, e ali provavelmente eles casaram, depois o Rita Pereda foi sequestrado pela Ditadura e levado para o Rio, a Amélia seguiu viagem e ficou exilada em Hamburgo, na Alemanha, e não lembra onde casou, Aluízio diz que já falou que existe um sistema Nacional tanto no Brasil como na Argentina que se pesquisa nos Cartórios, Certidões de Nascimento, de Casamento, todos os Cartórios da República Argentina estão interligados, então mais cedo ou mais tarde esse documento vai ser localizado, ela precisa do documento porque entrou com uma ação na Justiça, por reparação de dano, ela tem que provar que é esposa do Rita Pereda, se ela não tiver comprovação, quem vai receber a reparação serão os irmãos dele em Santa Catarina. Uma das informações é que eles casaram no Civil, em um Cartório na Argentina mas eles estavam confinados, a não ser que tenham casado em Buenos Aires, Aluízio fala que não importa o local, é possível conseguir, e que estão trabalhando nisso. Ivete informa que ela disse que não tem o documento que o link que foi enviado para ela pede, reforça que a Taís falou que tem uma carta que o Rita Pereda mandou para os irmãos uma carta contando que havia se casado com ela e quem foi testemunha do casamento foi o Major Cervera, que usava o nome de Walter, então tinha todos esses problemas, que eles usavam os codinomes. Ivete frisa que só está trazendo esse caso, e cita o caso do Major Cervera e do Rita Pereda que acha

que se não foi levado ainda a Corte Interamericana, tem que ser levado, porque são dois desaparecidos que não tiveram a solução pelo governo Brasileiro. **9. Encerramento:** Por fim, Ivete agradeceu a presença de todos e todas, e deu por encerrada a reunião da Assembleia Geral do Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Paraná. A presente ata foi lavrada por Eucaris Ferreira da Rocha. Revisada por Lisandra Silvério.